

CONTRATO Nº 043/ANA/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA E A EMPRESA CTIS TECNOLOGIA S.A., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI), NA ÁREA DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.

CONTRATANTE:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com sede no Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco M, 1º andar, em Brasília-DF, CEP 70610-200, inscrita no CNPJ sob o nº 04.204.444/0001-08, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato, conforme Resolução nº 72, de 14 de março de 2011, representada pelo Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF, Luis André Muniz, brasileiro, casado, geógrafo, portador da Carteira de Identidade nº 420.937, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 116.852.711-20 e domiciliado no Distrito Federal;

CONTRATADA:

CTIS TECNOLOGIA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 01.644.731/0001-32, com sede na SCN Quadra 04, Bloco B, nº 100, salas 201, 204, 401, 403, 604 e 804, Edifício Empresarial Varig, Asa Norte, em Brasília-DF, CEP 70714-900, fone (61) 3426-9200, fax (61) 3426-9138, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Avaldir da Silva Oliveira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 356.831, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 102.252.261-20 e domiciliado no Distrito Federal.

resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, celebrar este Contrato, mediante os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação (TI), na área de manutenção de sistemas de informação, de acordo com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e em apoio à Superintendência de Gestão da Informação – SGI, da Agência Nacional de Águas, conforme especificações e quantitativos discriminados no Projeto Básico/Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 025/2010 – CNPq.



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

SUBCLÁUSULA ÚNICA. A descrição dos serviços, anteriormente feita, não é exaustiva, devendo ser executadas todas e quaisquer outras atividades relacionadas ao objeto do presente contrato, que se mostrem necessárias ao completo alcance do que é por ele objetivado, assim como aquelas ofertadas e descritas na proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços contratados observará o **regime de empreitada por preço unitário, sendo a forma da prestação de serviço parcelado, conforme solicitação**, previsto no art. 10, II, "b", da Lei nº 8.666, de 1993.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. A **CONTRATADA** se obriga a executar todos os serviços objetivados pelo presente contrato obedecendo rigorosamente as técnicas apropriadas, utilizando-se sempre, para esse efeito de pessoal qualificado, todos eles integrantes dos seus quadros, tudo em conformidade com o que consta do anexo Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SERVIÇO

A **CONTRATADA** executará os serviços, de acordo com as normas técnicas específicas, visando atender as solicitações da **CONTRATANTE** nos prazos estipulados no contrato, em total conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, que integra o presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Na execução do objeto do presente contrato, envidarão as partes todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se, ainda, ao cumprimento das atribuições e responsabilidades estabelecidas para a **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, em itens específicos do anexo **PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente contrato, fará jus a **CONTRATADA** à remuneração anual global estimada de R\$ 1.866.280,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil e duzentos e oitenta reais). A regular e completa execução dos serviços ora contratados só acontecerá quanto a **CONTRATADA** comprovar, mensalmente, o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão-de-obra utilizada.

A título de remuneração pelos serviços profissionais prestados pela **CONTRATADA** pactuam as partes o valor de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais), preço básico correspondente ao valor do Ponto de Função (PF) para cada um dos serviços, conforme quadro a seguir:



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

Serviços de Manutenção Evolutiva				
Especificação dos Serviços		Quantidade Anual de Pontos de Função	Valor Unitário do Ponto de Função em R\$	Valor Total Anual em R\$
1	Manutenção Evolutiva de Sistemas de Informação	2.522	740,00	1.866.280,00
VALOR TOTAL				1.866.280,00

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A **CONTRATADA** deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, até o dia 20, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no artigo 31, da Lei nº 8.212, de 1991, alterada pela Lei nº 9.876, de 1999, acompanhada das seguintes comprovações:

a) certidões ou certificados de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia pro Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;

b) Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP específica, em que conste como tomadora a **CONTRATANTE**, relativa ao mês da prestação de serviço;

c) guias de recolhimento da contribuição previdenciária para INSS e da contribuição para o FGTS, relativas ao mês da prestação dos serviços, com autenticação mecânica ou acompanhadas do comprovante de recolhimento bancário;

d) comprovante de regularidade junto ao SICAF, com demonstrativo da situação da documentação obrigatória e de habilitação parcial;

e) os documentos comprobatórios constantes nesta Subcláusula Primeira devem ser oficiais, individualizados e identificados por contrato, correspondente ao mês do adimplemento da obrigação ou do mês anterior.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A **Unidade Fiscalizadora** da **CONTRATANTE** terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal para aprová-lo ou rejeitá-lo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: O documento fiscal não aprovado pela **CONTRATANTE** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CONTRATANTE** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA**



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

SUBCLÁUSULA QUARTA: O pagamento será efetuado dentro de 3 (três) dias úteis, a contar da data da aprovação do documento fiscal, mediante *depósito na conta-corrente da CONTRATADA*, devendo ela, para esse efeito, notificar formalmente à **CONTRATANTE** os dados correspondentes.

SUBCLÁUSULA QUINTA: A não observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários, das férias, do 13º salário do pessoal e dos demais encargos trabalhistas e sociais, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas no anexo Projeto Básico/Termo de Referência. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito.

SUBCLÁUSULA SEXTA No caso de ser a **CONTRATADA** microempresa ou empresa de pequeno porte, na ocasião da entrega da nota fiscal ou fatura, deverá comprovar a condição de optante pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), mediante a apresentação da cópia do Termo de Opção de que trata a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15/12/2004, que regulamentou o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996. As pessoas jurídicas não-optantes pelo SIMPLES e aquelas que ainda não formalizaram a opção deverão discriminar os tributos/contribuições a serem retidos, conforme a referida Instrução, e sofrerão a retenção desses tributos pela **CONTRATANTE**, no momento do pagamento. A retenção incidirá sobre o valor total pago, conforme Tabela de Retenção da supracitada Instrução Normativa. Os casos não sujeitos a retenção deverão ser devidamente comprovados no ato da entrega do documento fiscal.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: No preço estipulado na proposta estão incluídos todos os custos operacionais da atividade da **CONTRATADA**, bem como os encargos trabalhistas e previdenciários referentes ao seu pessoal, os fiscais e comerciais (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), e outras de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da perfeita execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA OITAVA: A **CONTRATANTE** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a **CONTRATANTE**;

SUBCLÁUSULA NONA: O pagamento da fatura somente poderá ser efetuado após a consulta ao SICAF para verificar a regularidade da **CONTRATADA**, comprovação do recolhimento das contribuições sociais, trabalhistas e atestada a conformidade dos serviços, de acordo com as exigências contratuais. A **CONTRATADA**, durante toda a execução dos serviços, deverá manter todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: A **CONTRATANTE**, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei nº 11.933, de 2009, reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolherá a importância retida, em nome da contratada, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior, se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 da referida Lei, correspondente ao recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social.

CLÁUSULA SEXTA – DA DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta de crédito orçamentário consignado no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2011, conforme a seguir discriminado:

Funcional Programática: 18.126.1107.7278.0001

Programa: 1107

Ação: 7278.0001

Fonte: 0183

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

Nota de empenho: 2011NE001074, de 14 de julho de 2011, no valor de R\$ 303.000,00 (trezentos e três mil reais).

Funcional Programática: 18.544.1107.10TQ.0001

Programa: 1107

Ação: 10TQ.0001

Fonte: 0183

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

Nota de empenho: 2011NE001075, de 14 de julho de 2011, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

SUBCLÁUSULA ÚNICA As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato em exercícios futuros, por parte da **CONTRATANTE**, correrão à cota de suas dotações orçamentárias do respectivo exercício, devendo ser registradas por simples apostila a indicação dos créditos e empenhos para sua cobertura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Para garantia do integral do cumprimento de suas obrigações, a **CONTRATADA** prestou garantia na modalidade **Seguro-Garantia**, no valor de R\$ 186.628,00 (cento e oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e oito reais), correspondentes a 10% (dez por cento) do valor do contrato, em conformidade com o disposto no § 3º, artigo 56, da Lei nº 8.666, de 1993, com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato.



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A garantia contratual só será liberada ante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DO VALOR DO CONTRATO

Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos, **vedada** a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A repactuação será precedida de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação de planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo, devendo a **CONTRATANTE** diligenciar para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA** de forma a assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Havendo prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A repactuação somente será concedida mediante comprovação pela **CONTRATADA** do aumento dos custos, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do contrato em vigência;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- VI - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A **CONTRATADA** fica obrigada a aumentar a garantia prestada na mesma proporção dos valores concedidos pela **CONTRATANTE** a cada repactuação.



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

SUBCLÁUSULA QUINTA - O novo valor contratual decorrente da repactuação terá sua vigência iniciada observando-se o seguinte:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras. Os efeitos financeiros deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

SUBCLÁUSULA SEXTA As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA As repactuações a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

SUBCLÁUSULA OITAVA Em havendo alterações deste contrato por parte da **CONTRATANTE**, que aumentem os encargos da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

SUBCLÁUSULA NONA Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, após a assinatura deste contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, mediante a celebração de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (*art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993*).

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A prorrogação deverá ser precedida da realização de pesquisas de preços de mercado, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

As condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser alteradas, mediante a assinatura de termos aditivos, com as devidas justificativas, por meio de proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes da data que se pretenda o implemento das alterações, dentro da vigência do instrumento.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. Fica vedado o aditamento do presente contrato com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Caberá à **CONTRATANTE**, o recebimento, a fiscalização e o gerenciamento do objeto contratual conforme condições estabelecidas abaixo e, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 31 da IN SLTI/MP nº 02, de 2008, e suas alterações.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas nos arts. 73 a 76, da Lei nº 8.666, de 1993. O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A execução do objeto será fiscalizada e gerenciada por representante da **CONTRATANTE**, especialmente designado para esse fim (na forma dos arts. 67 a 73 da Lei nº 8.666, de 1993 e do art. 6º do Dec. nº 2.271, de 1997), a ser oportunamente indicado pela área gestora, doravante denominado simplesmente **Unidade Fiscalizadora**.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A **Unidade Fiscalizadora** da **CONTRATANTE** anotará em *registro próprio* todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a) atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;
- b) solicitar à **CONTRATADA** e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;
- c) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas, alterações e recomposição dos preços contratuais, se for o caso;
- d) fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

e) fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela **CONTRATADA**, compatível com os registros previstos, no que se refere à execução do contrato, e solicitar comprovante de quitação das obrigações e encargos;

f) determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;

g) verificar se a **CONTRATADA** apresentou os comprovantes de pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

h) sustar os pagamentos das faturas, no caso de inexecução ou de não prestação a contento dos serviços prestados pela **CONTRATADA**;

i) documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da **CONTRATADA**;

j) verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

k) assegurar de que o número de empregados, alocados ao serviço pela **CONTRATADA**, é suficiente para o bom desempenho dos serviços;

l) lavrar o termo de recebimento definitivo do objeto contratado.

SUBCLÁUSULA QUINTA - O atesto de recebimento definitivo do objeto contratado somente será efetuado quando houver a comprovação pela **CONTRATADA** de pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.

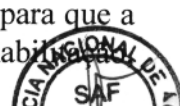
SUBCLÁUSULA SEXTA - A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento ou o cumprimento irregular das obrigações assumidas, configurando qualquer uma das situações descritas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com exceção quanto à fusão, cisão ou incorporação da contratada, mencionadas no seu inciso VI.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA** deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a **CONTRATADA** não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATANTE** poderá conceder um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação.



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas em item específico do anexo Projeto Básico/Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento contratual, desde que devidamente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece, de logo, o direito da **CONTRATANTE** de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da **CONTRATANTE**;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**;
- c) reter a garantia prestada, para pagamento das verbas rescisórias, podendo utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual;
- d) execução da garantia contratual, para ressarcimento do **CONTRATANTE**, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA Caso a **CONTRATADA** cometa falhas sucessivas ou demonstre desempenho insatisfatório ou imperícia na execução de determinado(s) tipo(s) de serviço(s) compreendido(s) no escopo do presente contrato, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, a seu critério, executar diretamente ou adjudicar os serviços em questão à outra firma, nos termos da Lei, após comunicação por escrito à **CONTRATADA**, sendo certo que a **CONTRATADA** arcará com todas as despesas daí decorrentes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA A utilização, pela **CONTRATANTE**, do direito a ela assegurado na subcláusula anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por este contrato, não cabendo à **CONTRATADA** reivindicações de quaisquer natureza em consequência da aplicação, pela **CONTRATANTE**, do disposto no *caput*.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

CONTRATO Nº 043/ANA/2011

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do presente contrato, não sendo permitida, outrossim, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DO NOME DA CONTRATANTE

A **CONTRATADA** não poderá, exceto em *curriculum vitae*, utilizar o nome da **CONTRATANTE**, ou sua qualidade de **CONTRATADA**, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, *por exemplo*, em *cartões de visita*, *anúncios* diversos, *impressos* etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, nos termos previstos na cláusula anterior.

SUBCLÁUSULA ÚNICA A **CONTRATADA** não poderá, outrossim, pronunciar-se, em nome da **CONTRATANTE**, à imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da **CONTRATANTE**, bem assim de sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA LICITAÇÃO

O contrato ora celebrado foi precedido de licitação, realizada na modalidade de Pregão Eletrônico SRP, registrada sob o nº 025/2010, cujos atos encontram-se nos Processos nºs 01300.01300.000763/2010-1 e 02501.000621/2011-39.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato será regulado por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, em especial, das disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, todos com suas alterações posteriores, e os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 025/2010 – CNPq e anexos;
- b) Ata de Registro de Preços nº 025/2010 – CNPq; e
- c) Processos nºs 01300.01300.000763/2010-1 e 02501.000621/2011-39.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. Em caso de conflito entre as estipulações ou condições constantes deste instrumento e do edital com as da proposta, fica desde logo estabelecido que prevalecerão sempre aquelas contidas neste contrato.



CONTRATO Nº 043/ANA/2011

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO PESSOAL

O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá vínculo de qualquer natureza com a **CONTRATANTE** e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. Na eventual hipótese de vir a **CONTRATANTE** a ser demandado judicialmente, a **CONTRATADA** o ressarcirá de todas e quaisquer despesas que, em decorrência, vier a ser condenado a pagar, incluindo-se não só os valores judicialmente fixados, mas também outros alusivos à formulação da defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação, em extrato, do presente contrato na imprensa oficial, *que é condição indispensável para sua eficácia*, será providenciada pela **CONTRATANTE**, nos termos do **parágrafo único**, do **art. 61**, da **Lei nº 8.666**, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato.

Este Contrato foi transcrito, mediante extrato, no Livro Especial de Contratos da ANA nº 10, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.666, de 1993, e extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

Pela **CONTRATANTE**:



LUIS ANDRÉ MUNIZ

Pela **CONTRATADA**:



AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA

